



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO DE
OBRAS PERTENCENTES AO ACERVO DA
BIBLIOTECA DO TRF, COMPREENDENDO A
EXECUÇÃO DO SERVIÇO E O FORNECIMENTO DE
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, QUE ENTRE SI
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª
REGIÃO E A
EMPRESA_____.

Proc. TRF2-EOF-2016/00207

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, n.º ____ - _____ - _____, CEP _____, Telefones: (0xx____) _____, email: _____, representada neste ato por seu **Representante Legal, Sr.** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00207, em consequência do Pregão Eletrônico nº 075/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/____, através do despacho nº TRF2-DES-2016/____, lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com finalidade de contratação de empresa especializada para *prestação de serviço higienização, sem a utilização de produtos químicos, de aproximadamente 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentas) obras pertencentes ao acervo da Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2/DIBLI), compreendendo a execução do serviço e fornecimento de materiais e equipamentos*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de higienização, **sem a utilização de produtos químicos**, de aproximadamente 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentas) obras pertencentes ao acervo da Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF/DIBLI), compreendendo a execução do serviço e o fornecimento de materiais e equipamentos, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 075/2016 e seu Anexo I, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.2 - A quantidade de livros, periódicos e folhetos que deverão ser submetidos ao serviço de higienização corresponde a 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentas) obras. Sendo 1.564 (mil quinhentas e sessenta e quatro) obras raras e 48.236 (quarenta e oito mil, duzentos e trinta e seis) acervo corrente.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO PARA LIVROS, PERIÓDICOS E FOLHETOS:

2.1.1 - Limpeza das superfícies (higienização mecânica a seco, com uso de trinchadeira, flanela de algodão, **sem aplicação de produtos químicos**.

2.1.2 - Higienização de 48.236 (quarenta e oito mil, duzentos e trinta e seis) acervo corrente, sendo 48.236 livros contemplando limpeza das 10 (dez) primeiras e 10 (dez) últimas folhas, capas e contracapas cortes e lombadas dos volumes.

2.1.3 - O procedimento deverá ser realizado em mesas de higienização específica para este fim, com auxílio de trinchas e pincéis macios, bisturis, pinças, espátulas, flanelas de algodão, além de outros materiais e equipamentos que não ofereçam riscos ao acervo e **sem produtos químicos**.

2.1.4 - Eliminação de poeira, fungos, mofo, insetos, excrementos de insetos, demais sujidades que provoquem deterioração dos documentos e de traços de metais/oxidação (c/ uso de bisturi, pinças e/ou espátulas).

2.1.5 - Eliminação de reparações antigas (excesso de cola, restos de papéis, fitas adesivas, clips...).

2.1.6 - Limpeza de capas em couro com pincéis. Para revestimento em papel será passado boneca de pano com recheio de borracha tk ralada.

2.1.7 - Etiquetas existentes nas lombadas ou nas capas das publicações devem ser limpas de forma cuidadosa, evitando o deslocamento das mesmas, caso isso ocorra, a obra deverá ser separada e o Contratante informado.

2.1.8 - Desdobrar e planificar dos documentos, livros e periódicos.

2.1.9 - Oxigenar todas as folhas de cada volume.

2.1.10 - Recolher e identificar os fragmentos de livros, guardando-os em envelope com PH alcalino junto ao livro.

2.1.11 - Caso a Contratada detecte a existência de danos em algum item do acervo que torne irrecuperável, deverá separá-lo e comunicar o Contratante.



2.1.12 – Proteger os volumes com capas e/ou folhas soltas, com papel alcalino e amarrar com cadarços de algodão puro.

2.1.13 – As prateleiras deverão ser higienizadas com pano umedecido em água e sem produtos químicos.

2.1.14 – Todos os produtos utilizados na higienização devem ser adequados à realidade do acervo, evitando desta forma qualquer dano ao acervo da biblioteca.

2.1.15 – A Contratada é responsável pelo fornecimento de todo equipamento de proteção individual, tais como luvas, máscaras, óculos, touca e avental.

2.1.16 – O material bibliográfico deverá ser recolocado nas estantes em ordem de classificação, pelos funcionários da Contratada, orientados pelo bibliotecário.

2.2 – DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DAS OBRAS RARAS

2.2.1 – Descrição do Material: 1.564 (mil quinhentas e sessenta e quatro) obras raras, entre títulos e exemplares.

2.2.2 – As obras encontram-se com sujidades, amarelecimento, pontos de fungos, restaurações anteriores realizadas indevidamente, grampos oxidados, perda de bordas, dobras, vincos e inúmeros rasgos provocados por oxidação do suporte e manuseio.

2.2.3 – As obras receberão tratamento de higienização e serão acondicionadas em caixas especiais fornecidas pela Dibli.

2.2.4 – A critério do bibliotecário que acompanhará todo o serviço, algumas obras deverão ser acondicionadas em caixas, previamente montadas pela Contratada, cujo material para sua confecção será fornecido pelo Contratante.

2.2.5 – A Contratada deverá montar uma estação de tratamento nas instalações físicas na Dibli, com o objetivo de trabalhar de forma integrada com os responsáveis pelo acervo da instituição. Com este procedimento todos os documentos receberão tratamento de higienização e acondicionamento na própria instituição evitando-se o risco de dano ou extravio durante o transporte.

2.2.5.1 – As obras devem ser organizadas atendendo a classificação fornecida pela Dibli. O número de obras acondicionadas por caixa deve atender às condições de preservação dos mesmos, evitando excesso de peso, e ainda, atender às condições de armazenamento do mobiliário da Dibli.

2.2.6 – A Contratada deverá dispor de ateliê com os equipamentos necessários para atender as especificidades de cada tipo de material durante a execução dos trabalhos.

2.2.7 – A Contratada deverá apresentar ficha diagnóstico do livro, contendo:

- a) Tipo do material (livro, revista, documento);
- b) Procedência;
- c) Identificação da obra;
- d) Estado geral da obra;
- e) Documentação fotográfica, se necessário;
- f) Proposta de tratamento;
- g) Tratamento executado;
- h) Relatórios de execução;
- i) Sinalização para tratamentos futuros.

2.2.8 – Ações de Tratamento:



a) Limpeza das superfícies (higienização mecânica a seco, feita folha a folha, para os livros que permitam esse tratamento, de acordo com o nível de acidez, ou parcialmente, nos casos determinados, com o uso de trinchas macias, flanela ou pano do tipo perfex);

b) Eliminação de fungos, mofos, excrementos de insetos e de traços de metais/oxidação (c/ uso de bisturi, pinças e/ou espátulas);

c) Eliminação de reparações antigas (excesso de cola, restos de papéis, fitas adesivas...);

d) Limpeza de capas em couro com pincéis. Para revestimento em papel será passado boneca de pano com recheio de borracha tk ralada.

e) Limpeza profunda de cada folha de cada livro(quando for o caso), com uso de trinchas macias, bisturi com lâmina sem corte e pó de borracha;

f) Limpeza de prateleiras com pano umedecido em água com leve porção de bactericida ou álcool absoluto;

g) Com os volumes ainda nas estantes serão limpas as lombadas dos volumes utilizando-se aspirador de pó da marca ROBOT ou RAIMBOW, especial para essa atividade e com tanque de água para recolher a sujidade;

h) Mesa de higienização para dois operadores;

2.2.9 - Avaliação:

2.2.9.1 - Todos os danos existentes no livro devem ser levantados nesta etapa, pois ela é o diagnóstico do livro. Somente após o preenchimento da ficha técnica e de posse da avaliação pode se decidir quais procedimentos e cuidados serão adotados para a higienização da obra rara.

2.2.9.2 - Tal etapa será realizada juntamente com bibliotecário do Contratante.

2.2.10 - Acondicionamento:

2.2.10.1 - Todo o material especificado pelo bibliotecário responsável será acondicionado pela Contratada, e dispostos em caixas tipo portfólio, confeccionadas pela Contratada, com material fornecido pelo Contratante, de acordo com especificações definidas para a guarda correta em arquivos e/ou estantes atendendo ao padrão utilizado pela Biblioteca Nacional.

2.2.11 - A conclusão do trabalho contará com a entrega de um relatório técnico detalhado do tratamento e guarda do material.

2.3 - DO RELATÓRIO:

2.3.1 - Ao final do serviço de higienização, a Contratada deverá elaborar e apresentar um relatório completo das condições de higiene, especificando as possíveis contaminações encontradas e tratamentos adequados.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.1 - A higienização do acervo da biblioteca do TRF2 será realizada no período compreendido entre 01 de dezembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017.

3.2 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.



4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

4.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após a conclusão do serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as especificações constantes do Edital e seus anexos.

4.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e depois de concluída a vistoria, salvo motivo justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

4.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços/equipamentos, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

4.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

4.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. - O material a ser higienizado estará disponível nas dependências da biblioteca do TRF-2ª Região, Rua Acre, 80 – 8º andar, no horário das 11 às 18h, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio através do email: sedeco@trf2.jus.br, com cópia para: deborah@trf2.jus.br ou pelos telefones (21) 2282-8290 / 2282-8125;

5.2. - A Contratada responsabilizar-se-á pelo refazimento do serviço na obra que sofrer danos em decorrência de defeito no processo de execução ou da qualidade do material empregado;

5.3 - O dimensionamento dos membros da equipe executante dos serviços ficará a cargo da Contratada, devendo o quantitativo ser necessário e suficiente para a eficiente prestação dos serviços dentro do prazo contratado, dispondo de profissional especialista em limpeza e higienização de obras, que fará o diagnóstico técnico e supervisionará a execução do serviço, devendo informar na data da assinatura do contrato seu nome e telefone.

5.3.1 – Tal profissional reportar-se-á diretamente à fiscalização contratual, agindo como preposto da Contratada, conforme disposto no art. 68 da lei 8.666/93;

5.4 - Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual, caso necessário;

5.5 – Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados,



voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Contratante ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;

5.6 – Não transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada;

5.7 – Apresentar **Plano de Trabalho**, contendo as seguintes informações:

- a) Procedimentos e técnicas que serão adotadas na higienização do acervo;
- b) Prazo de execução dos serviços, incluindo a discriminação das etapas e seu respectivo cronograma;
- c) Relação dos materiais a serem empregados no trabalho.

5.8 – As empresas deverão dispor de ateliê com os equipamentos e materiais necessários para atender as especificidades do presente Contrato, devidamente equipado para realização de trabalho de higienização de obras raras, obras de grandes formatos e documentos, relacionando todos os equipamentos existentes, o qual poderá ser comprovado mediante imagens fotográficas atualizadas, demonstrando suas instalações, maquinário e pessoal.

5.9 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

5.10 – Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante;

5.11 – Permitir que seus empregados, quando estiverem prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

5.12 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

5.13 - A Contratada deverá manter os locais onde se desenvolverem os serviços devidamente limpos e recuperados.

5.14 – A Contratada se obriga a utilizar na prestação dos serviços, mão de obra legalmente habilitada e tecnicamente qualificada, máquinas e ferramentas e equipamentos adequados e materiais de boa qualidade, em quantidade suficiente à realização dos serviços.



5.15 – Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.

5.16 – Permitir o livre exercício da fiscalização por parte do Contratante.

5.17 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5.18 – Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.19 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 - DO PREÇO:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL (R\$)
Prestação de serviço de higienização, sem a utilização de produtos químicos , de aproximadamente 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentos) obras pertencentes ao acervo da Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF/DIBLI), compreendendo a execução do serviço e o fornecimento de materiais e equipamentos.	49.800	

6.1.1 - O valor global deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

6.1.2 - Nos preços oferecidos pela Contratada estão incluídos a incidência tributária, demais encargos e insumos tais como materiais, equipamentos, licenças, emolumentos, mão de obra, transporte, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

6.1.3 - Os preços são fixos e irredutíveis.

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.2.1 - O pagamento será efetuado após a **execução dos serviços**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do referido atesto, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e**



contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos Órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.2.2 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza.

6.2.2.1 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.2, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.3 – O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras (NUCOMP), Rua Dom Gerardo, 46 – 12º andar, no horário das 12:00h às 17:00h, de 2ª a 6ª feira, em 02 (duas) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.gov.br.

6.2.4 – Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da ordem bancária.

6.2.5 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.2.5.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540, de 05/01/2015.

6.2.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.2.7.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.8– O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

6.2.8.1- Existência de qualquer débito para com o mesmo;

6.2.8.2 - Se os serviços prestados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício em que o Contrato viger, conforme o adiante especificado:



Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.39.05	107.765	

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

8.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago à Contratada inadimplente.

8.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-á ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

8.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Se as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

8.7- O período de atraso será contado em dias corridos.

8.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda o presente contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

8.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.



8.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da Lei.

8.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

8.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

9.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 075/2016 e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de __/__/__ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada à fl. __ do Processo;

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".



11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA GARANTIA

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, disposto no subitem 4.1.2 da Cláusula Quarta deste Contrato.

12.2 - O prazo de garantia dos serviços é de ____ (no mínimo de 12 meses conforme proposta), contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, comprometendo-se a refazer o serviço em qualquer volume que apresente defeitos, vícios ou falhas de execução, inclusive decorrentes dos materiais utilizados.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item 13.1, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.



14.3 - As supressões citadas no item 14.2 poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

14.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Concessionária deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº 46-12º andar, Centro-Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20090-030), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2016.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

